

O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino

Gabriel Troilo

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP)/ Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)
e-mail: gabriel.ogabiru@gmail.com

Maria Nalva Rodrigues de Araújo

Professora da Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP)/ Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)
e-mail: mnaraujo@uneb.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é apresentar as reflexões promovidas pelas organizações sociais do campo e por pesquisadores da questão agrária sobre a forma como as comunidades camponesas do semiárido nordestino se articulam para garantir as condições de produção e subsistência em meio à lógica de livre mercado capitalista, destacando o papel da juventude do campo neste processo. Para tanto foram analisadas as experiências de produção e mercado das comunidades camponesas do semiárido baiano, levando em conta a dinâmica econômica, os enfrentamentos, potencialidades e estratégias de resistência das mesmas frente o avanço do mercado capitalista na atualidade. As ações da juventude do campo na estruturação de economias de resistência, seja pelo associativismo e cooperativismo rural, pela formação de mercados camponeses e ocupação do mercado capitalista tem possibilitado a viabilidade da produção camponesa frente às pressões do modelo de produção agrícola dominante. Tais estratégias tem gerado importantes avanços para o campo no semiárido nordestino, e demonstram os resultados da luta política da juventude do campo pela perpetuação do modo de vida camponês e pela construção da soberania alimentar e territorial das comunidades sertanejas.

Palavras chave: Mercados camponeses; soberania alimentar; juventude do campo.

The role of peasant youth in the construction of resistance economies in the northeastern semi-arid region

Abstract

The aim of this paper is to present the reflections promoted by social organizations in the field and researchers of the agrarian question on how the peasant communities of the northeastern semi-arid region are linked to ensure the conditions of production and livelihood through the logic of free market capitalism, highlighting the role of the peasant youth in this process. Therefore, we analyzed the production and market experience off peasants communities off semi-arid of Bahia, considering the economic dynamics, confrontations, potential and the same forward resistance strategies of the capitalist market breakthrough in today. The field of youth actions in structuring resistance economies either associations and rural cooperatives, the training of farmers markets and occupation capitalist market has enabled the viability of peasant production in the face of pressures of the dominant agricultural model. Such strategies have generated important advances to the field in the northeastern semi-arid, and demonstrate the political struggle of the results of the youth field

for the perpetuation of the peasant way of life and the construction of food and territorial sovereignty of hinterland communities.

Keywords: Peasants markets; food sovereignty; youth field.

El papel de la juventud campesina en la construcción de economías de resistência en la región semiárida del noreste

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar las reflexiones promovidas por las organizaciones sociales de el campo e investigadores de la cuestión agraria sobre cómo se vinculan las comunidades campesinas de la región semiárida del noreste de garantizar las condiciones de producción y medios de vida estando en la lógica del capitalismo de libre mercado, destacando el papel del ámbito de la juventud en este proceso. Para tanto se analizó las experiencias de producción y mercado de las comunidades campesinas de la región semiárida de la Bahia, teniendo en cuenta la dinámica económica , confrontaciones , el potencial y las mismas estrategias de resistencia frente al avance del mercado capitalista en hoy en día. Las acciones de la juventud en la estructuración de las economías de resistencia, ya sea por asociaciones y cooperativas rurales, la formación de los mercados campesinos y la ocupación del mercado capitalista ha permitido a la viabilidad de la producción campesina en la cara de las presiones del modelo agrícola dominante. Estas estrategias han generado importantes avances en el campo en el noreste del semiárido, y demostrar los resultados de la lucha política de la juventud rural para la perpetuación de la forma de vida campesina y la construcción de la soberanía alimentaria y territorial de las comunidades sertanejas.

Palabras clave: Mercados campesino; soberanía alimentaria; juventud rural

Introdução

A provocação de que parte este trabalho surge a partir dos debates promovidos na disciplina “Mercado e Desenvolvimento Territorial” da pós graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, onde tivemos a responsabilidade de explicitar os problemas e desafios colocados para os povos do campo do Nordeste brasileiro gestarem suas formas de subsistência dentro das condições da economia capitalista. Neste texto nos propomos a avançar nas reflexões e questionamentos levantados no debate.

No esforço de tentar compreender em que medida há formas de produção e reprodução do campesinato que consigam expressar sua viabilidade no mundo atual, nos é certo que o semiárido nordestino apresenta-se como um importante campo de investigação. Parte representativa do campesinato brasileiro se desenvolve nesta região sob uma grande diversidade de arranjos sociais, demonstrando uma gama de estratégias de subsistência mesmo quando as condições não são tão favoráveis. Além da severidade climática, os sertanejos ainda lidam com as constantes ameaças de expropriação de seu território pelas elites agrárias, que historicamente monopolizam o acesso à terra e aos recursos, gerando

concentração fundiária e contínuos conflitos no campo. Atualmente soma-se à esse processo de desterritorialização do campesinato o avanço das empresas do agronegócio, a exploração mineral e a geração de energia eólica. Visto que a sobrevivência de grande parte do campesinato pobre do Nordeste centra-se na terra como base material de sustentação, o acesso ao território mostra-se fator crucial à continuidade deste modo de vida.

Tão importante como a permanência na terra, compreendemos ser também o modo como se desenvolvem estratégias de resistência na mesma: a forma como os camponeses produzem sua territorialidade, ou seja, como eles criam as condições de sua existência na terra a partir da estruturação de economias de resistência, avançando com um modelo de produção camponês, criando novas formas de mercado e ocupando o próprio mercado capitalista. Isto é, construindo diferentes possibilidades de geração de renda (FERNANDES, 2012).

Os apontamentos que trazemos neste trabalho tem o objetivo de sistematizar as reflexões feitas pelas organizações sociais como a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e as Escolas Família Agrícola, assim como por pesquisadores da questão agrária atual, sobre o modo como as comunidades camponesas do semiárido nordestino se articulam para garantir as condições de produção e subsistência em meio à lógica de livre mercado capitalista, destacando o papel da juventude na luta pela autonomia da economia e do território do camponês.

A atuação da juventude na reprodução da economia camponesa

Armando Bartra (2011) nos chama a atenção para a condição de abandono e negação do modo de vida dos povos do campo por boa parte das teorias sociais modernas, que acabam colocando-os como um resquício histórico que já não tem lugar na sociedade capitalista, estando marginalizados do modo de produção dominante, fadados ao desaparecimento. Em sua crítica a esta posição, o autor justifica a utilização do conceito de campesinato para designar a condição esquiva e complexa da totalidade dos sujeitos que hoje resistem no campo, de modo a não se afastar do que já é conhecido, para tanto não servindo nenhum “*reduccionismo econômico, sociológico ou antropológico*”. Reconhecendo a dificuldade de se capturar a imagem assim como o conceito do camponês hoje em dia, por conta da esquiva condição social destes sujeitos e de uma base econômica múltipla e diversa que eles dispõem para a subsistência, o autor argumenta que não há possibilidade de enquadrar o campesinato atual como classe, mas sim como evidência social. Neste sentido, Bartra reconhece um processo de “*socialização rural*” resultando da insistência histórica dos camponeses em permanecer em seu ambiente de vida e reproduzir seu modo

de produção da terra, encarando o conceito de campesinato atual pelo viés político dos sujeitos do campo e seus movimentos em contínua resistência a todas as hostilidades que o mundo moderno gera para impedir sua existência (BARTRA, 2011).

Seguindo a perspectiva de Bartra, utilizaremos o conceito de campesinato ao longo do texto, deste modo podemos visualizar a condição do campesinato no semiárido nordestino. Em sua maioria, as comunidades tradicionais, os assentamentos e pequenos agricultores em geral lutam para manter seu modo de vida com autonomia sobre os próprios meios de produção e sobre o território de vida. A face atual desta resistência se expressa no desafio de permanecer na terra e manter uma produção agropecuária autônoma que seja suficiente, total ou parcialmente, para suprir as próprias necessidades, sendo esta uma das principais formas de desenvolvimento destas populações. Mas ainda assim é preciso reconhecer que a resistência histórica destes povos se construiu através de um processo de adaptação ao modo de produção capitalista e seu avanço sobre a produção camponesa. É justamente através de uma plasticidade de condições econômicas que os camponeses contemporâneos resistem às pressões do mercado e do modo de produção dominante na agropecuária dos países capitalistas.

Para além do trabalho doméstico de todo tipo, (trabalho na lavoura, na criação de animais, no extrativismo e em outras atividades tradicionais), que em muito garantiram a subsistência da família em sua roça, os camponeses também foram obrigados a desenvolver uma variedade de estratégias para manter seu modo de vida. Em determinadas situações de crise e escassez, quando há uma insuficiência na produção própria de sua roça, é comum que os camponeses do sertão migrem para outras regiões em busca de trabalho em lavouras do agronegócio ou mesmo para grandes centros urbanos, obtendo renda suficiente para mandar para a família e poder retornar à sua roça quando as condições forem novamente favoráveis. Dentre estes movimentos há formas temporárias de trabalho assalariado em todo tipo de empreendimento, e há também as formas que acabam se tornando duradouras, como é o caso de agricultores que se veem obrigados à permanecer nos centros urbanos, ou mesmo os que se estabelecem em um trabalho formal nas proximidades de sua roça e ainda continuam a viver em seu ambiente. Em outro âmbito há pequenos agricultores que, em situação econômica mais estruturada, adentram o modelo de produção empresarial, realizando financiamentos e estruturando uma unidade produtiva segundo o modelo agrícola dominante, ou seja, se integrando ao mercado capitalista de produção da terra, mesmo que de maneira subordinada e com produção em pequena escala. Há também os que passam a gerir um empreendimento econômico à parte, como um comércio ou atividade produtiva demandada em sua região. Em todo caso o camponês torna-se também empregador de força de trabalho assalariada e passa a acumular um pequeno capital que pode melhorar sua situação econômica em determinados períodos. Por

vezes estas e outras formas de trabalho caracterizam os modos de trabalho-renda de uma família camponesa ao longo de um período não necessariamente tão longo, o que para Bartra (2013) representa o polimorfismo estrutural que é característico do camponês, pelo fato de ele ter “*um suporte material múltiplo e diverso*”, representado pela terra, os recursos naturais e os meios de produção próprios.

Em vista desta variedade de condições, e sendo a juventude do campo um ator central neste processo, reconhecemos a necessidade de lançar um olhar mais atento sobre a complexidade que é o movimento de destruição e recriação do campesinato pelo capitalismo ao analisar os sertanejos do Nordeste.

Não enquadramos o modo de vida camponês dentro de uma forma político-econômica estrita, mas, em acordo com Ploeg (2009), reconhecemos a capacidade do camponês de rearranjar suas atividades econômicas para se adaptar constantemente às condições colocadas pelo movimento da realidade e com isso resistir às mais adversas crises econômicas e pressões sociais, mantendo seu modo de vida, a “*condição camponesa*” nas palavras do autor.

Neste ponto nos é oportuna a análise de Chaianov (1974) sobre o modo de desenvolvimento da unidade econômica camponesa a partir da relação entre o tamanho da terra e a capacidade de trabalho da família, para compreender a forma como o desenvolvimento da juventude tem relação direta com a dinâmica econômica do campesinato. Trazendo o caso das comunidades tradicionais de fundo de pasto¹, que tem na criação animal sua principal forma de sustento, é certo que o trabalho dos membros da família é condição fundamental para sustento da mesma. Em acordo com a análise de Chaianov há um acréscimo na produção conforme a família aumenta, pela maior quantidade de braços dispostos ao trabalho. Encontramos aqui um dos papéis fundamentais que a juventude exerce na unidade econômica camponesa: os filhos do sertanejo elevam a produção da propriedade, exercendo parte estruturante do trabalho familiar em determinado momento, conforme vão se tornando mais maduros. Mas este processo tem um limite, até um ponto em que os jovens passam a necessitar de uma renda própria para obter sua autonomia.

A juventude camponesa, em sua maioria, encontra grandes dificuldades de desenvolver esta autonomia exatamente quando chega o momento de abandonar a propriedade de sua família, seja por necessidade de constituir sua própria família ou por necessidade de obter renda própria. Uma pequena parcela consegue constituir uma nova unidade econômica, pela divisão das terras da família e apropriação de seu próprio rebanho,

¹Comunidades camponesas em que conforma-se uma organização semicoletiva de ocupação e uso do território, havendo parcelas individuais pertencentes às unidades familiares e extensas parcelas de terra de uso comum, normalmente para pastoreio racional de caprinos e ovinos na vegetação nativa.

e perpetuar o modo de vida em que foi criado. Mas uma grande maioria, por não ter formação adequada e não encontrar possibilidade de renda no campo acaba migrando para os centros urbanos como já deixamos claro acima. Soma a isso as migrações do campo para as cidades por conta das difíceis condições de vida no interior do Nordeste como um todo, o que, em sentido mais amplo, acaba contribuindo para uma gradativa diminuição do campesinato no semiárido ao longo do tempo.

Este quadro tem se transformado ao longo da história política recente do nosso país, principalmente se olharmos para os avanços significativos da última década. As condições gerais de desenvolvimento do interior do Nordeste tem avançado, principalmente do campo, por conta de políticas públicas de transferência de renda e de auxílio à pequena agricultura. Processo que tem gerado possibilidade de permanência dos camponeses em suas terras e, ao mesmo tempo, aumentado a disponibilidade de alimentos por conta da maior viabilidade da produção camponesa. Em termos gerais, a região Nordeste passou por uma mudança significativa em relação aos problemas gerados pela fome e por suas consequências imediatas, a ponto de não ser mais comum as campanhas nacionais de combate à fome que eram levadas à cabo periodicamente no passado. E como expressão deste processo, o Brasil foi recentemente retirado do mapa mundial da fome (BELIK *et al*, 2005; MARTINS, 2014).

É importante identificar o modo como a produção camponesa tem contribuído para assegurar o acesso ao alimento à parcela da sociedade que mais padecia de insegurança alimentar: a população rural. Ao mesmo tempo debateremos as ações da juventude do campo, organizada em movimentos sociais, entidades de base, redes e associações, para o fortalecimento da produção camponesa, a construção de estratégias de agregação de renda aos produtos e geração de mercados que façam avançar a economia camponesa.

Ao trazer o tema da juventude camponesa ao debate é preciso deixar claro que partimos de uma concepção de juventude que vai além dos reducionismos homogeneizantes que encaram a juventude sob a perspectiva apenas da faixa etária ou mesmo do período de formação do sujeito. O jovem do campo a que nos retratamos, portanto, é o filho de camponeses que vive e se desenvolve no seio da família, e que em determinado momento da vida tem a necessidade de afirmar sua autonomia, se emancipar da tutela paterna e gerir seu próprio desenvolvimento. É certo que os jovens do campo geralmente não tem acesso a uma formação adequada à realidade de seu meio de vida e à um trabalho que lhe garanta renda para seu próprio sustento. Há hoje cerca de 8 milhões de jovens morando em regiões rurais segundo o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua maioria tendo somente acesso à formação inicial no meio rural; uma porcentagem significativa acaba por não completar a formação por ter que frequentar uma escola distante, na cidade mais próxima. Somando-se a estas

limitações estão as próprias dificuldades da pequena agricultura, que perpassam a realidade econômica e estrutural do campo como um todo.

A imagem normalmente formada da juventude rural é a do desinteresse pela vida no campo e pelo modo de desenvolvimento que estão inseridos, e da intensa migração para os centros urbanos (CASTRO, 2012).

Em contraposição a este processo os movimentos sociais do campo tem organizado a juventude no sentido de gerar identidade com seu meio de vida e se reconhecer enquanto sujeito da luta pelas melhores condições de vida no campo. Por esta perspectiva a juventude é tomada como uma categoria de organização popular dos diversos movimentos camponeses da atualidade. Segundo Castro:

Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado, e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, jovem da roça, juventude camponesa, jovem agricultor familiar são categorias aglutinadoras de atuação política (CASTRO, 2012, p. 442).

Os avanços alcançados por estes movimentos tem gerado a possibilidade dos jovens do campo se formarem técnica e politicamente, pela conquista de escolas e centros de formação que empreendem uma educação voltada para as demandas do campo. É esta juventude, provinda das diferentes realidades rurais, que apresenta o potencial para as transformações que debateremos a seguir.

Estratégias de produção associada e estruturação de economias de resistência no semiárido nordestino

Como afirmamos acima, a grande maioria das comunidades tradicionais desenvolveram seu modo de vida tendo a produção para a subsistência da família camponesa como central, associando uma série de atividades econômicas que complementam a renda e garantem sua permanência na terra. Em se tratando das atividades que os sujeitos passam a executar, encontramos as mais diversas maneiras com que o camponês procura transformar sua produção doméstica em renda. Tal processo acaba se dando pela integração subordinada ao mercado capitalista, onde, pela ação de atravessadores, pelos baixos preços pagos pelos mercados aos produtos vendidos in natura, pela especulação financeira para a composição do valor dos produtos da agricultura, ou seja, por uma diversidade de formas com as quais o mercado se apropria do trabalho camponês, segundo Bartra (2011) este acaba sendo extremamente explorado no nível da circulação e praticamente entrega seu excedente gratuitamente para a lucratividade do

mercado capitalista.

A produção camponesa acaba se tornando inviável para garantir o sustento da família quando está sujeita às regras colocadas pelo mercado capitalista, tornando-se vulnerável às variações deste mercado.

Em seus estudos sobre a destruição do campesinato, Kautsky (1980) coloca em questão o fato da produção camponesa de subsistência ter que ser convertida em mercadoria que produza uma renda e, para tanto, ser forçada a adentrar o mercado de forma dependente. Assim como ele, Lênin (1982) em seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia também reconhece que o campesinato perde totalmente sua condição de produção com autonomia a partir do momento em que seus meios de produção vão sendo expropriados e, aos poucos, a partir do avanço do capitalismo no campo, vão surgindo os prejuízos deste processo para a sobrevivência da família camponesa pelo fim de sua autossuficiência e início de sua integração ao mercado. Os efeitos acabam sendo uma dependência crescente das comunidades ao mercado ou mesmo, ao longo do tempo, a desterritorialização dos camponeses e sua inserção no mercado capitalista como força de trabalho assalariada. Kautsky exemplifica que um fenômeno que deveria representar uma tranquilidade para a economia camponesa como uma boa safra, no mercado capitalista representa a baixa de preços e uma preocupação com um provável prejuízo, sendo este apenas um dos fenômenos que estrangulam a unidade econômica camponesa e a torna inviável dentro da lógica capitalista de produtividade, competição e especulação financeira nas trocas comerciais.

Neste sentido o mercado acaba se tornando também um território em disputa, onde o capital ao hegemonizar os meios de produção, estabelecer regras específicas para o acesso aos mercados e colocar as mercadorias em circuitos longos de trocas comerciais acaba por sufocar as possibilidades de viabilidade da produção camponesa. Tal viabilidade passa a ser garantida conquanto o campesinato construa estratégias de resistência econômica, adentrando o mercado de forma autônoma ou mesmo criando suas formas de mercado. Ou seja, disputando este território no sentido de colocar sua produção na sociedade sem sofrer o processo de exploração capitalista e acabar empobrecendo a ponto de ter que abandonar sua terra e se render ao assalariamento do trabalho.

Neste sentido, levantamos aqui diversas estratégias de resistência que as comunidades camponesas do sertão nordestino vêm construindo para conseguirem ter suficiência produtiva e econômica mesmo em meio à lógica do mercado capitalista.

Assim como na produção agrícola feita pelo trabalho familiar em sua unidade produtiva, algumas situações de produção exigem um esforço coletivo, como os mutirões comunitários para plantio, colheita, beneficiamento e edificações. Atividades em que se junta o esforço e o companheirismo mútuo da família e da vizinhança para dar conta de tarefas

maiores que precisam ser feitas em um espaço curto de tempo, como a colheita de mandioca e seu processamento até obter a farinha. Relações de reciprocidade que se enraizaram em vários comportamentos tipicamente reconhecidos da cultura sertaneja e que as formas de produção e mercado atuais a serem construídas pelo campesinato tem exigido (CANDIDO, 1993).

A perpetuação de tais estratégias de reciprocidade entre camponeses pobres do semiárido é um dos fatores que garantiram o desenvolvimento das comunidades nos últimos anos, juntamente com as políticas públicas de apoio à pequena agricultura. Neste processo encontramos o importante papel da juventude organizada nas pastorais sociais da Igreja e em movimentos sociais, se formando política e tecnicamente e passando a exercer a função de mobilizadora de experiências de organização comunitária e de assessoria técnica ao modelo produtivo camponês. O trabalho de base feito por jovens, reunindo agricultores, mulheres e mesmo outros jovens das comunidades para discutir os problemas da mesma e tentar organizar maneiras de solucioná-los, tem apresentado resultados importantes nas experiências de associativismo rural, cooperação e formas de ajuda para acesso ao mercado.

Como expressão deste trabalho trazemos a construção dos Grupos de Produção e Resistência, articulados pela Pastoral de Juventude Rural, onde conjuntos de jovens passam por um processo de formação política e técnica, sendo orientados à criarem uma forma de produção coletiva em suas comunidades. A partir destas experiências tem sido criados empreendimentos de beneficiamento de produtos agrícolas, que conseguem agregar maior valor à produção camponesa ao mesmo tempo em que valorizam o alimento local.

Evoluindo da articulação destes grupos há um movimento interessante: a formação das redes de economia popular e solidária. Estas tem o papel de reunir os interesses comuns dos grupos e comunidades e passar a articular o acesso às políticas públicas, financiamento de estruturas coletivas de produção ou beneficiamento de produtos. As oportunidades de mercado conquistadas por este tipo de organização tem um reflexo considerável nas comunidades, em primeiro lugar pela geração de renda com o trabalho coletivo nos grupos, pela valorização do trabalho do camponês e pelas possibilidades de construção de outras formas de mercado que possibilitem o acesso a circuitos curtos e um comércio mais justo. Ao se organizarem para conseguir escoar a produção, tanto os grupos de produção e resistência quanto as associações de agricultores, tem como primeira prioridade acessar as políticas públicas de aquisição de alimentos tais como: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os projetos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). As redes e centrais de associações dão a assessoria técnica e fazem as negociações políticas para empreender

projetos para que as comunidades consigam acessar estes programas.

O resultado direto é a possibilidade de os agricultores ou grupos produtivos comercializarem seus produtos sem o intermédio dos atravessadores, aumentando assim a renda do trabalho familiar, ao mesmo tempo em que é assegurada a soberania alimentar da comunidade e região. Tal é o resultado garantido pela proposta central destes programas: a redistribuição entre os sertanejos da produção de suas próprias comunidades. Ou seja, o alimento produzido com qualidade, sem uso de produtos químicos, pelo trabalho familiar, é adquirido pelo programa que o distribui em escolas, hospitais e através dos programas sociais acabam chegando de volta às próprias famílias de agricultores. É neste sentido que a produção camponesa ganha força para conseguir combater os graves problemas da fome na região Nordeste, o que, juntamente com o programa de transferência de renda que possibilita a permanência do agricultor em sua terra, faz com que a unidade familiar tenha viabilidade econômica e social. Tal avanço foi reconhecido pela FAO como sendo o responsável por combater os problemas de subnutrição e erradicar a fome não só no Brasil, mas em muitos países da América Latina e Caribe (FAO, 2014).

O mercado institucional é um dos meios com os quais as comunidades camponesas do semiárido têm conseguido garantir sua subsistência e manutenção do seu modo de vida. O processo de abandono da terra e migração para as cidades que era comum entre a juventude décadas atrás já não é tão frequente na atualidade. Através da organização política, de uma formação adequada e das possibilidades de trabalho e renda criadas pelos grupos de produção e resistência, a juventude camponesa tem encontrado possibilidade de se manter no campo e desenvolver um modo de vida somando força à resistência camponesa.

O desafio colocado para estas comunidades se expressa na construção de outras formas de mercado para que não haja uma dependência tão direta das políticas públicas. que não possuem uma abrangência considerável, a ponto de consolidar mercados que possam escoar a produção camponesa e colocar alimentos de qualidade ao acesso da maioria da população. Para enfrentar esta questão as redes de economia popular e solidária e as experiências de cooperativismo vêm criando estratégias para alavancar os mercados que estabeleçam um comércio mais justo e direto entre pequenos produtores e consumidores. Há muitas localidades que ainda hoje tem nas feiras semanais sua base de abastecimento alimentar, geralmente são pequenas cidades do interior e que estão próximas a assentamentos e comunidades tradicionais. A produção camponesa encontra neste tipo de mercado uma garantia de escoamento da produção. Um, dos problemas é que as próprias feiras são ocupadas por comerciantes profissionais, que intermediam a relação entre produtores e consumidores, explorando os primeiros, ou mesmo fazem escoar a produção do agronegócio, mesmo que sob o rótulo de produção familiar (BARRETO, 2014).

A organização das comunidades, reafirmamos, é condição para superar estes problemas, de ocupar as feiras livres e estabelecer nestes espaços os mercados que possam dar base para a produção da unidade familiar poder ser escoada e gerar renda. Há inclusive uma série de experiências de retomada deste tipo de cultura nas grandes cidades, muitas das vezes organizadas pelo diálogo entre agricultores e consumidores que tem interesse em adquirir alimentos mais saudáveis. Há também uma série de propostas de formação de redes de comércio justo, que propõe um tipo de convênio em que consumidores desembolsam um valor fixo mensal para uma rede de agricultores que se comprometem a fornecer uma quantidade fixa de alimentos por semana. São experiências ainda em gestação, mas que tem o potencial de formar mercados de circuito curto que alavanquem a produção camponesa e garantam a soberania alimentar não só do campo como nas cidades (AMORIM, 2014).

Além de formar seus próprios mercados, tem sido levado a cabo por diversas comunidades o desafio de ocupar o mercado capitalista com os produtos da agricultura camponesa. Um grande problema que atinge a todos os pequenos produtores é a impossibilidade de acessar formalmente o mercado capitalista por conta dos processos de certificação de alimentos exigidos pelos órgãos de fiscalização do governo. Um exemplo é a produção e comércio de carne vinda da caprinocultura e ovinocultura de corte, principal fonte de renda das comunidades sertanejas. Pelo fato dos pequenos criadores não terem possibilidade de abater seus animais em abatedouros vistoriados, que em sua maioria são empreendimentos para produção de carne em escala, a carne produzida por eles em sua maioria é comercializada de forma ilegal, pela venda direta ou mesmo em estabelecimentos clandestinos. Há também o problema da certificação dos alimentos vindos das atividades agroextrativistas, que tem tido dificuldade para acessar o mercado por não cumprirem as exigências do órgão fiscalizador. Muitas destas regras impostas pelas agências de controle, criadas em sua maioria pelo Ministério da Agricultura, são construídas com vistas à beneficiar os grandes produtores, e inviabilizar o comércio de produtos dos pequenos.

Mesmo assim há soluções criadas para superar estas barreiras nas experiências de produção coletiva, pela formação de cooperativas de produtores que passam a fortalecer sua atividade pela construção de unidades de beneficiamento que tenham a capacidade de garantir a produção de acordo com as regras das agências de controle e ao mesmo tempo colocarem os produtos no mercado capitalista de forma competitiva. Neste processo é aberta a possibilidade de entrar no mercado e ocupar parte deste território hegemônico pelo agronegócio. Inclusive, muitas cooperativas tem tido a possibilidade até de acessar o mercado internacional, exportando sua produção através de convênios feitos com entidades de apoio a- este tipo de atividade.

Neste âmbito compreendemos que mesmo o próprio mercado acaba sendo um

território em constante disputa entre a produção camponesa e a produção das empresas do agronegócio, e que as estratégias construídas pelo campesinato, principalmente as que alavancam as economias de resistência através da produção associada e comércio justo, tem um potencial interessante na construção de mercados camponeses e mesmo na ocupação dos mercados capitalistas de maneira competitiva e viável.

Considerações finais

Pelos apontamentos levantados reconhecemos que as tarefas colocadas para o povo do campo vão muito além do associativismo e do acesso às políticas públicas. A construção da soberania alimentar do semiárido nordestino e de outras regiões do país está calcada na garantia de uma produção de alimentos que forneça suporte para a subsistência das famílias camponesas e, ao mesmo tempo, possa ser escoada para o consumo urbano. Processo este que necessita estar atrelado à ocupação dos mercados hoje hegemônicos pela grande indústria de alimentos e à articulação de mercados camponeses que tenham capacidade de abastecer a maioria da população. Tarefas colocadas para a juventude camponesa, que tem em suas mãos as ferramentas para alavancar o modelo de produção do campesinato pelo avanço do conhecimento e das tecnologias sociais da classe trabalhadora do campo; e tomar à frente da luta política pela autonomia produtiva do campesinato frente ao agronegócio e ao mercado capitalista.

Referências

AMORIM, Carolina. **A possível cidade sem agrotóxicos**. Brasil de Fato. Uma visão popular do Brasil e do Mundo. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/27931> , Acesso em 08 de nov. de 2014.

BARRETO, Cristiane. **Comercialização de produtos da agricultura familiar no distrito de Tapuio, Araci (BA)**. 2014.. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Agropecuária) – Escola Família Agrícola do Sertão. Monte Santo (BA), 2014.

BARTRA, Armando (BartraVergés). **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Tradução: Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maia. **Políticas de combate à fome no Brasil, uma análise histórica de Vargas a Lula**. São Paulo em Perspectiva. [online]. 2001, vol. 15, n.4, pg. 119-129.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew Welch (org.) et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. V.1. São Paulo: Editora

UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do campo**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHAIANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Tradução de Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. **Campesinato**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Políticas públicas de sucesso são capazes de reduzir o percentual de pessoas que passam fome na América Latina e no Caribe pela metade em 20 anos**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/ppscrpppfALCpm20a.asp>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luiz Fernando. **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial Ltda, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Neto, revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Rodrigo. **A fome é uma vergonha a menos para o Brasil**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/uma-vergonha-a-menos-4019.html>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

Recebido para publicação em 14 de junho de 2016.

Devolvido para revisão em 09 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 06 de novembro de 2016.